



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Página 1 de 6



PARECER CONTROLE INTERNO

EMENTA: Processo Licitatório nº 9/2018-001 SEMMU.

OBJETO: Aquisição de veículo com carroceria para atender nas ações e atividades de apoio as produtoras rurais no Município de Parauapebas, Estado do Pará.

Vieram os presentes autos a esta Controladoria para a devida análise quanto à homologação do julgamento das propostas comerciais e quanto à viabilidade orçamentária e financeira referente ao procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão nº 9/2018-001 SEMMU, objetivando a aquisição de veículo com carroceria para atender nas ações e atividades de apoio as produtoras rurais no Município de Parauapebas, Estado do Pará.

DA ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO

Aportando esta Controladoria dos autos, cumpre observar que todos os trâmites processuais necessários para a realização do Processo Licitatório, entre Autoridade Competente e Comissão de Licitação foram seguidos.

De acordo com a Lei Municipal nº 4.293/2005, "Art. 1º Fica instituído o Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo, que por objeto a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública Municipal e a verificação e avaliação dos resultados obtidos pelos administradores em geral".

RELATÓRIO

Em análise sob a responsabilidade desta Controladoria, quanto ao Pregão Presencial nº. 9/2018-001 SEMMU, expressamos as seguintes observações, conforme Lei Federal nº. 8.666/93:

1. O processo encontra-se instruído com os documentos necessários como a Análise do Controle Interno sobre a solicitação de licitação (fls. 50/54);
2. Após a juntada da Minuta do Edital e anexos, o processo foi devidamente analisado pela Procuradoria Geral do Município, conforme art. 38 VI da Lei 8666/93;
 - ✓ Em resposta às recomendações realizadas no Parecer Jurídico, a Secretaria da Mulher por meio do Memorando nº. 0122/2018 informou que a responsável pelas pesquisas de preço é a servidora Ana Ilma de Assunção Serra (Dec. nº. 174/2017). Observa-se ainda que devido às alterações sugeridas pela PGM, foi realizada a juntada de novo Termo de Referência (fls. 114/116).
3. O edital e seus anexos foram devidamente assinados pelo Presidente da Comissão de Licitação e apensados ao processo conforme art. 38, I da Lei 8666/93;

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 9/2018-001 SEMMU

Centro Administrativo, Morro dos Ventos S/N - Bairro Beira Rio II - Parauapebas /PA.
CEP 68.515-000 Tel (94) 3327-7414 E-mail: cgm.controladoria@parauapebas.pa.gov.br



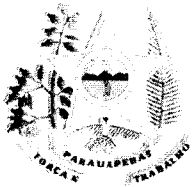
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Página 2 de 6

4. O aviso de licitação foi designando a sessão para o dia 02 de Maio de 2018 às 09h00min horas, como determina o artigo 21 da Lei nº 8.666/93;
 - ✓ O Aviso foi devidamente publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, Diário Oficial da União, no dia 18/04/2018. Além de fixado no quadro de avisos da Prefeitura de Parauapebas, Estado do Pará, no dia 17/04/2018.
5. Cópia do recibo de entrega e retirada do Edital ao interessado, (art. 32, § 5º, segunda parte, da Lei nº. 8.666/93 c/c art. 4º. IV e art. 5º, III da Lei nº. 10.520/02);
6. À presente abertura, para recebimento e abertura do envelope contendo a proposta de preço e documentação, conforme artigo 38, V, da Lei nº. 8.666/93 compareceu apenas uma empresa:
 - ✓ **ZUCATELLI EMPREENDIMENTOS LTDA** - representada pelo Sr. Athos Gabriel Moura Campos, CPF nº. 016.124.722-90;
7. Foram anexados a presente Ata de Realização de Pregão Presencial, documentos referentes ao Credenciamento da empresa participante, assim como entrega e abertura do envelope contendo a indicação do objeto e preço oferecido pela empresa licitante (fls. 179/200);
 - ✓ A proposta comercial da empresa ZUCATELLI, foi no valor de R\$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais). Observa-se que foi juntada em anexo a proposta, ficha técnica do automóvel L200 Triton Sport GL;
 - ✓ **Prosseguiu-se para fase de lances e negociação, de modo que a única empresa que compareceu ao certame sagrou-se vencedora, com proposta no valor total de R\$ 126.500,00 (cento e vinte e seis mil e quinhentos reais).**
8. Posteriormente à classificação da proposta, foi aberto o envelope de habilitação com a documentação da empresa vencedora, de modo que dos documentos apresentados, percebe-se a **comprovação de regular habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, bem como ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, nos termos do artigo 27 da Lei de Licitações e Contratos, constatando-se da regularidade dos mesmos**, razão pela qual procedeu-se a adjudicação do item à mencionada empresa;
 - ✓ Entre as cópias dos documentos de habilitação apresentados, constantes no volume II, destacamos:
 - o Comprovante de opção de tributação pelo simples nacional, fl. 171; Cópia da Instrução Normativa RFB nº. 1774 de 22 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD), FLS. 173/174;
 - o Documento pessoal dos proprietários da empresa, Sra. Regina Maria Avancini Zucatelli (RG nº. 3953618 PC/PA - 2ª via, CPF nº. 123.615.422-34) e Reinaldo José Zucatelli (RG nº. 3922686 PC/PA 2ª via e CPF nº. 474.855.407-00); 15ª Alteração Contratual - Consolidada; Comprovante de inscrição no CNPJ, sob o nº. 01.241.313/0001-02;

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 9/2018-001 SEMMU

Centro Administrativo, Morro dos Ventos S/N - Bairro Beira Rio II - Parauapebas / PA.
CEP 68.515-000 Tel (94) 3327-7414 E-mail: cgm.controladoria@parauapebas.pa.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Página 3 de 6

- Declarações que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, conforme o inciso V, art. 27, da Lei Federal nº. 8.666/93;
 - **Certidões de Regularidade Fiscal, na forma da Lei nº 8.666/93 art. 29, I a V:** Certidão Positiva Com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Natureza Tributária; Certidão Negativa de Natureza Não Tributária; Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos (Município de Marabá/PA); Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - **Quanto à documentação econômico-financeira a empresa apresentou:** Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário (Sped); Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Recibo de Entrega de Escrituração Digital (Sped); Índices de Liquidez Geral; Liquidez Corrente e Solvência Geral; Certidão de Regularidade do Profissional e Certidão Judicial Cível Positiva, com efeito de negativa para processos de falência e concordata;
9. Foi juntado aos autos atestados de capacidade técnica e comprovações de autenticidades das certidões;
10. Foi apresentado o Resultado de Julgamento da Licitação - Termo de Adjudicação do Pregão Presencial nº. 9/2018-001 SEMMU, fl. 248;

ANÁLISE

A Constituição Federal em seu artigo 37, XXI determina que as contratações realizadas pela Administração Pública deverão ser realizadas através de licitação que assegure igualdade de condições aos concorrentes, sendo esta a regra para obras, serviços, compras e alienações junto ao Poder Público.

A regulamentação do referido artigo encontra-se espousada na Lei 8.666/93 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, devendo todo procedimento licitatório se basear em suas normas, sob pena de apresentar vícios de ilegalidade passíveis de anulação e demais cominações.

O procedimento licitatório tem como finalidade garantir a seleção da melhor proposta para a Administração, bem como permitir a participação isonômica dos interessados e deve fundamentar-se nos princípios que regem o Direito Administrativo, além daqueles específicos das Licitações e Contratos, conforme o artigo 3º da Lei nº 8.666/93, verbis:

"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 9/2018-001 SEMMU

Centro Administrativo, Morro dos Ventos S/N - Bairro Beira Rio II - Parauapebas /PA.
CEP 68.515-000 Tel (94) 3327-7414 E-mail: cgm.controladoria@parauapebas.pa.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Página 4 de 6

proibição administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".

A Lei 10.520/2002 instituiu a modalidade de Licitação denominada Pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, sendo estes caracterizados por padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado.

A fase externa do pregão tem início com a publicação do edital. Neste constará, designação de local, data e horário de recebimento de propostas e abertura da sessão pública, especificações do objeto licitado e todas as regras que conduzirão o certame. A publicidade do instrumento convocatório se dará, de acordo com o artigo 11, inciso I e respectivas alíneas do Decreto nº 3.555/2000, observando-se os limites e meios de divulgação.

Aberta a sessão de pregão ocorre a apresentação das propostas e procede-se à respectiva classificação de acordo com critérios legais e apenas estas proponentes poderão seguir para a fase de lances, sendo declarado vencedor o licitante que apresentar melhor preço.

Observa-se que o Pregão nº. 9/2018-001 SEMMU indica o comparecimento de uma única empresa à sessão pública de julgamento das propostas. Sendo assim, apenas a empresa vencedora do certame **ZUCATELLI EMPREENDIMENTOS LTDA** apresentou proposta.

A colenda Corte do Tribunal de Contas da União já se posicionou no sentido de que não há impedimento à participação de um único licitante em licitações realizadas sob a modalidade Pregão Presencial:

Quanto ao comparecimento de somente uma empresa ao pregão em tela, alinho-me à unidade técnica no sentido de que não há impedimento na legislação à conclusão da licitação, a menos que o edital contenha exigências restritivas ao caráter competitivo do certame, o que se verificou no caso (TCU: Acórdão 408/2008 – Plenário, DOU de 14/03/2008).

Considerando-se que a apresentação de somente um licitante configura indício, mas não evidência, de que a competitividade da licitação teria restado em alguma proporção prejudicada, realizou-se a ora combatida determinação. Note-se que o Tribunal não entendeu serem tais irregularidades bastantes para a anulação do contrato, nem que o comparecimento de apenas um licitante constitui qualquer tipo de óbice à contratação (TCU: Acórdão 1316/2010 – Primeira Câmara, DOU de 19/03/2010).

No caso em análise, como as exigências foram consideradas legítimas, o comparecimento de apenas um licitante não constitui por si só impedimento para a contratação. Ademais, tendo

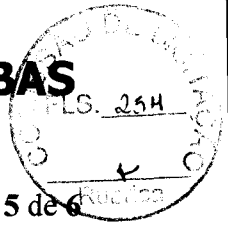
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 9/2018-001 SEMMU

Centro Administrativo, Morro dos Ventos S/N - Bairro Beira Rio II - Parauapebas /PA.
CEP 68.515-000 Tel (94) 3327-7414 E-mail: cgm.controladoria@parauapebas.pa.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Página 5 de 6

sido constatada a regularidade do fornecedor, o mesmo será declarado vencedor do certame, e não havendo interposição de recurso, o objeto será adjudicado ao vencedor pelo pregoeiro.

Destaca-se que o pregoeiro compete conduzir a licitação principalmente em sua fase externa, compreendendo a prática de todos os atos tendentes à escolha de uma proposta que se mostre a mais vantajosa para a administração. Quanto à competência da Comissão de Licitação, consoante determina o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520/02:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

[...]

IV – a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Em linhas gerais, as atividades da comissão de licitação se encerram com o esgotamento da fase recursal que sucede o julgamento das propostas, com a remessa do processo para homologação e adjudicação pela autoridade superior.

Esta controladoria não se pronunciará sobre os aspectos técnicos da contratação por tratar-se de matéria fora de sua competência. Partiremos da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a adequação do objeto da contratação às necessidades da Administração, assim como aos requisitos legalmente impostos.

No que tange a análise dos preços, nota-se, que a diferença entre o valor ofertado pela empresa vencedora do certame (negociado) e valor orçado pela administração não ultrapassou a diferença de 0,42%. Bem assim, afigura-se plenamente aceitável a proposta de preço vencedora, não existindo demonstrativo ou fundamentação plausível que nos permita juízo de valor idôneo e incontroverso acerca da sua procedência.

Portanto, a presente Licitação preenche os requisitos exigidos pelas Lei 10.520/02 e 8.666/93, bem como suas alterações posteriores, dando condição satisfatória à sua adjudicação e homologação da proposta vencedora indicada pela Comissão de Pregão, isso se conveniente à Administração.

CONCLUSÃO

Assim, em face do exposto, restrita aos aspectos técnicos competentes a este setor, observamos que todos os trâmites processuais necessários foram atendidos até o momento, assim, sugerimos provimento em todo na Homologação da empresa ZUCATELLI EMPREENDIMENTOS LTDA, no montante de R\$ 126.500,00 (cento e vinte e seis mil e quinhentos reais), pela Autoridade, bem como pela expressa AUTORIZAÇÃO da realização da

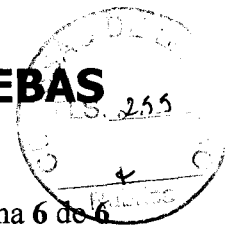
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 9/2018-001 SEMMU

Centro Administrativo, Morro dos Ventos S/N – Bairro Beira Rio II - Parauapebas /PA.
CEP 68.515-000 Tel (94) 3327-7414 E-mail: cgm.controladoria@parauapebas.pa.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Página 6 de 6

DESPESA e EMPENHO (art. 38, VII c/c art. 43, VI, da Lei 8.666/93), e assinatura do contrato (art. 64 da Lei 8.666/93) e sua respectiva publicação.

Ressaltamos que após a publicação, todos os atos legais são de estrita responsabilidade do ordenador de despesa da Secretaria demandante.

Recomendamos que no momento da assinatura do contrato, sejam atualizadas as certidões que se encontrarem vencidas.

É imperioso ressaltar que após a assinatura do contrato, seja designado Fiscal, como menciona o artigo 1º da Circular nº 010/2014, do qual caberá supervisionar, fiscalizar e acompanhar a sua execução.

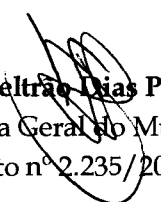
Vale registrar que a presente análise toma por base, exclusivamente, os elementos constantes no procedimento até esta data, cabendo a esta Controladoria analisar as questões pertinentes sua à natureza técnica.


Enfim é imperioso destacar que as informações acostada aos autos, bem como sua execução contratual são de inteira responsabilidade e veracidade da Secretaria/Fundo Municipal dos Direitos da Mulher - SEMMU, que tem competência técnica para tal, o Controle Interno, de acordo com a Lei Municipal nº 4.293/2005 tem a função da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública Municipal.

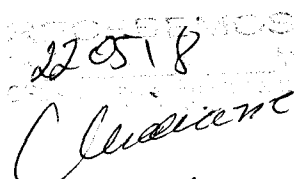
É o parecer.

Encaminhem-se os autos a Comissão Permanente de Licitação.

Parauapebas/PA, 03 de Maio de 2018.


Júlia Beltrão Dias Praxedes
Controladora Geral do Município/Adjunta
Decreto nº 2.235/2017


Rayane Eliara de Souza Alves
Agente de Controle Interno
Dec. nº. 052/2017



PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 9/2018-001 SEMMU

Centro Administrativo, Morro dos Ventos S/N - Bairro Beira Rio II - Parauapebas / PA.
CEP 68.515-000 Tel (94) 3327-7414 E-mail: cgm.controladoria@parauapebas.pa.gov.br